



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO
PAULO-CREA-SP**

Súmula da Reunião do **GRUPO DE TRABALHO**
**"FISCALIZAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO DA ATIVIDADE DE BENS IMÓVEIS PARA
FINANCIAMENTO IMOBILIÁRIO JUNTO ÀS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS"**

Data: 08.10.2018 – 9:00 h

Local: **Sede Angélica – 4º andar**

A reunião teve início às 09h00min e contou com a presença dos seguintes integrantes:

Eng. Agron. AILTON NONATO
Eng. Civ. ALESSANDRO APARECIDO MAZZOLA
Eng. Civ. CONCEIÇÃO APARECIDA NORONHA GONÇALVES
Eng. Ftal. JAIRO TADEU DE ALMEIDA JUNIOR
Eng. Civ. RITA DE CÁSSIA ESPÓSITO POÇO DOS SANTOS

Ausências:

Eng. Civ. HOSANA CELI DA COSTA COSSI

Apoio administrativo:

Armando Manoel Neto Reg.4238

Assuntos tratados:

1. Trabalhamos em cima de Implantar um programa inicial para criação de mecanismos, de forma a atuar juntos aos tribunais em defesa da Engenharia.
2. Estudamos a literatura existente sobre o assunto, conforme segue:

. Lei 5.194/66;

E nas jurisprudências:

. Acórdão Reg: 2018.0000376035 de 21/05/2018;

. Agravo de instrumento nº 2052362-2018.8.26.0000

. Reg. 08/02/2001

. Agravo de Instrumento nº 0013647-04.2016.8.19.000000 e 14858-75.2016.8.19.0000;

. Lei nº 4.116/62;

. Lei nº 7.274/84, do estado de Minas Gerais;

Visando encerrar esta polêmica, trazemos à reflexão um aspecto de cunho ético fundamental, raras vezes abordado em discussões sobre o assunto, mas que se tornou regra obrigatória em países de primeiro mundo. Refere-se ao interesse conflitante entre aquele que avalia e aquele que vende.

Assim, julgamos que embora todo o aspecto legal e técnico seja claro no que se refere à exclusividade profissional dos engenheiros e arquitetos em promoverem



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO-CREA-SP

avaliações imobiliárias, o aspecto ético é relevante, tendo em vista a incompatibilidade de os corretores de imóveis, legítimos interessados nos resultados destas avaliações, elaborarem laudos de avaliação.

3. **CONSIDERAÇÕES SOBRE A ART NA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA:**

. A instituição financeira exige que os profissionais não aceitem a ART onde o profissional coloque no campo 4 (Atividades Técnicas) "PROJETO ARQUITETÔNICO", baseado na Resolução CAU nº 51 de 12 de julho de 2013 ;

Em análise à Lei 5.194/66;

Em análise a resolução CAU nº 51/2013;

Concluimos a ilegalidade da resolução citada e o profissional ENGENHEIRO CIVIL tem dentro das suas atribuições a prerrogativa de elaborar projetos arquitetônicos, conforme Lei 5.194/66.

. Todo serviço de competência da Engenharia e Agronomia tem que ter uma ART recolhida pelo responsável técnico legal;

4. Sugerimos que as Entidades de classe atuem junto aos tribunais, OAB e outras entidades envolvidas das suas regionais, com ações informativas (Palestras, Cursos, Seminários, etc...).

A reunião encerrou-se às 16h00.


Eng. Civil Rita de Cássia Espósito Poço dos Santos

CREA-SP 060.176.070-4

Coordenador do GT

"GT FISCALIZAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO DA ATIVIDADE DE BENS IMÓVEIS PARA FINANCIAMENTO IMOBILIÁRIO JUNTO ÀS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS"

